



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N.º 363, DE 1999

Define regras para cláusulas que limitam direitos em contratos de adesão e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado CARLOS SAMPAIO

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Enio Bacci, altera o § 4º do art. 54 da Lei n.º 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC). A modificação sugerida determina que as cláusulas dos contratos de adesão que impliquem limitação de direitos do consumidor – a par da atual exigência de redação com destaque para imediata e fácil compreensão – sejam apresentadas em linguagem acessível e em letra mínima “corpo 18”, sempre superior ao restante do texto.

O Projeto, que originalmente tramitou apensado ao PL nº 362, de 1999, havia sido arquivado em conjunto com a proposição principal. Posteriormente, foi objeto de desarquivamento e, conforme despacho da Mesa da Câmara dos Deputados, distribuído para exame das Comissões de Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania, respectivamente.

Nesta Comissão de Defesa do Consumidos fomos incumbidos de relatar o mencionado projeto, ao qual, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição ora em relato guarda estrita pertinência com a principiologia essencial da legislação consumerista, fundada nos preceitos da boa-fé e da transparência das relações de consumo.

Nas economias de escala, a massificação das relações comerciais inexoravelmente conduz à impessoalidade da formação dos contratos, sujeitando os potenciais adquirentes de produtos e serviços a instrumentos contratuais preestabelecidos. Na ausência de participação na estipulação das cláusulas pactuais, o consumidor limita-se a aceitar em bloco, e frequentemente sem oportunidade de leitura prévia, condições unilateralmente traçadas pelo fornecedor.

No intuito de incutir um certo grau de equilíbrio nessas situações iníquas, o Código de Defesa do Consumidor buscou disciplinar os contratos de adesão, demandando, em seu art. 54, que seus instrumentos fossem redigidos em termos claros, ostensivos e legíveis (§ 3º) e que as cláusulas limitativas de direitos do consumidor recebessem destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão (§ 4º).

Apesar do acerto teórico da redação original do aludido art. 54, a prática das relações comerciais tem revelado que a transparência objetivada pelo dispositivo ainda não foi alcançada nos contratos de adesão. A dificuldade em estabelecer como se daria efetivamente a “clareza, ostensividade e legibilidade” nesses contratos restou por fragilizar a consecução dos objetivos da norma.

Essa foi a razão pela qual recentemente o Congresso Nacional optou por aperfeiçoar o § 3º do art. 54, acrescentando, por meio da Lei n.º 11.785, de 2008, a expressão “cujo tamanho de fonte não será inferior



Entendemos que o vertente PL complementa o esforço – iniciado pela Lei n.º 11.875 – de atribuir concretude aos preceitos norteadores dos contratos de adesão. Com efeito, a exigência de que, em contratos redigidos em corpo 12, as normas limitadoras de direitos sejam lavradas em corpo maior e em linguagem acessível reduz a subjetividade na interpretação da norma e, por consequência, atribui maior eficácia normativa ao art. 54.

Entendemos, contudo, que a proposição comporta um pequeno ajuste de redação que, sem modificar seu núcleo essencial, contribuirá para aperfeiçoá-la. O ajuste proposto baseia-se no texto originalmente proposto pelo relator e acatado pela CDC na tramitação do PL por esta Comissão no ano de 2000, quando ainda apensado ao PL nº 362/99. A esse texto acrescentamos a expressão “equivalente ao corpo 14, no mínimo”, o que garantirá que as cláusulas limitativas estarão destacadas em relação ao restante do texto que, na forma do § 3º do art. 54 do Código, com a redação dada pela Lei nº 11.875, de 2008, deve ser em corpo 12 nos contratos de adesão.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 363, de 1999, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2011.

2010_8183



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 363, de 1999

Altera o § 4º do art. 54 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer tamanho mínimo de letra nas cláusulas restritivas de contratos de adesão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O § 4º do art. 54 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54

.....

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão se redigidas com destaque, em letra de tamanho superior ao restante do texto, equivalente ao corpo 14, no mínimo, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

.....” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado CARLOS SAMPAIO
Relator